



AVISO DE PRIVACIDADE

A ARESC realiza atividades de tratamento dos dados pessoais para atingir a sua missão institucional: assegurar a adequada prestação dos serviços públicos delegados no estado de Santa Catarina, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos setores e garantindo o equilíbrio nas relações entre usuários, prestadores de serviços e Poder Público.

A ARESC, por padrão, atua em conformidade com o direito à privacidade e à proteção de dados em todos os seus serviços e processos organizacionais. Aqui você conhecerá a previsão legal, a finalidade, os procedimentos entre outras informações sobre o tratamento de dados pessoais realizado pela ARESC, no que tange as suas atividades finalísticas, conforme determina a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no 13.709, de 14 de agosto de 2018¹.

Este aviso de privacidade será atualizado sempre que necessário para se manter adequado à legislação vigente.

1. DO QUE TRATA A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS?

A LGPD dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, definindo as hipóteses em que tais dados podem legitimamente ser utilizados estabelecendo mecanismos para proteger os titulares dos dados contra usos inadequados.

A Lei tem o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural e é aplicável ao tratamento de dados realizado pela ARESC.

2. O QUE É CONSIDERADO “DADO PESSOAL”?

A LGPD define como dado pessoal qualquer informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável. São exemplos de dados pessoais: o nome; os números de identidade, CPF, telefone; a data e o local de nascimento; o gênero, o endereço residencial, a localização via GPS; a fotografia, os dados de saúde, bancários e financeiros; os dados que revelam hábitos de consumo ou preferências de lazer, entre outros.

Existem ainda os dados pessoais que são classificados como sensíveis e tem uma proteção extra garantida pela Lei, assim como os dados de crianças e adolescentes. São dados pessoais sensíveis aqueles sobre a origem racial ou étnica, a convicção religiosa, a opinião política, a filiação sindical ou à organização de caráter religioso, filosófico ou político, os dados referentes à saúde ou à vida sexual, e os dados genéticos ou biométricos.

¹ Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/13709.htm>.

3. O QUE É “TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS”?

A LGPD lista como tratamento de dados pessoais, as seguintes atividades:

- Acesso: possibilidade de comunicar-se com um dispositivo, meio de armazenamento, unidade de rede, memória, registro, arquivo etc., visando receber, fornecer, ou eliminar dados;
- Armazenamento: ação ou resultado de manter ou conservar em repositório um dado;
- Arquivamento: ato ou efeito de manter registrado um dado embora já tenha perdido a validade ou esgotada a sua vigência;
- Avaliação ou controle: ato ou efeito de calcular valor sobre um ou mais dados, com a ação ou poder de regular, determinar ou monitorar as ações sobre o dado;
- Classificação: maneira de ordenar os dados conforme algum critério estabelecido;
- Coleta: recolhimento de dados com finalidade específica;
- Comunicação: transmitir informações pertinentes a políticas de ação sobre os dados;
- Difusão ou extração: ato ou efeito de divulgação, propagação, multiplicação dos dados;
- Distribuição: ato ou efeito de dispor de dados de acordo com algum critério estabelecido;
- Eliminação: ato ou efeito de excluir ou destruir dado do repositório. Extração: ato de copiar ou retirar dados do repositório em que se encontrava;
- Modificação: ato ou efeito de alteração do dado;
- Processamento: ato ou efeito de processar dados;
- Produção: criação de bens e de serviços a partir do tratamento de dados;
- Recepção: ato de receber os dados ao final da transmissão;
- Reprodução: cópia de dado preexistente obtido por meio de qualquer processo;
- Transferência: mudança de dados de uma área de armazenamento para outra, ou para terceiro;
- Transmissão: movimentação de dados entre dois pontos por meio de dispositivos elétricos, eletrônicos, telegráficos, telefônicos, radioelétricos, pneumáticos, etc; e
- Utilização: ato ou efeito do aproveitamento dos dados.

4. QUAIS SÃO OS PRINCÍPIOS QUE PRECISAM SER RESPEITADOS NO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS?

A LGPD estabeleceu que qualquer tratamento de dados pessoais deve respeitar a boa-fé, além dos seguintes princípios:



- Finalidade: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;
- Adequação: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;
- Necessidade: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;
- Livre acesso: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais;
- Qualidade dos dados: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento; E
- Transparência: garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;
- Segurança: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;
- Prevenção: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;
- Não discriminação: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos; e
- Responsabilização e prestação de contas: demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas.

5. A ARES SC TEM AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAR O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DOS USUÁRIOS E DOS PRESTADORES DOS SERVIÇOS DE SUA ÁREA DE ATUAÇÃO?

Sim. Conforme a LGPD, a ARES SC está autorizada a realizar o tratamento de dados pessoais para o atendimento de sua finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as suas competências legais ou cumprir as atribuições legais do serviço público.

6. QUAIS SÃO AS COMPETÊNCIAS DA ARES SC?

As competências da ARES SC estão previstas na Lei n.º 16.673, de 11 de agosto de 2015². De forma geral, a ARES SC tem por finalidade fiscalizar e orientar a prestação dos serviços públicos, bem como editar normas

² Disponível em: <https://leis.aresc.sc.gov.br/html/2015/16673_2015_lei.html>.



técnicas, econômicas e sociais para a sua regulação, independentemente de sua titularidade ou da modalidade de prestação.

7. QUAIS SÃO OS DADOS PESSOAIS TRATADOS PELA ARESC?

Para garantir o exercício de suas competências, conforme suas atribuições e sua missão institucional, a ARESC trata os dados pessoais de usuários e regulados dos serviços nos quais atua.

Para garantir um serviço público adequado para a sociedade, a ARESC realiza o tratamento de:

- a. Dados pessoais dos usuários dos serviços nos quais a ARESC atua, tais como: o nome; os números de identidade, CPF e telefone; a data e o local embarque e desembarque; a localização georreferenciada do veículo utilizado pelo usuário; dados da unidade consumidora de água e esgotamento sanitário, endereço residencial;
- b. Dados pessoais dos transportadores autônomos e motoristas habilitados a prestar o serviço de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, tais como: o nome; os números de identidade, CPF e telefone; a data e o local de nascimento; o gênero, o endereço residencial; dados dos veículos da frota do transportador; dados dos conhecimentos de transporte rodoviários emitidos pelo transportador;
- c. Dados dos veículos que realizam o transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, tais como: a placa; a imagem georreferenciada do veículo; data e hora da passagem pelas praças de pedágio. Estes dados, em algumas circunstâncias, podem ser considerados dados pessoais; e
- d. Dados dos funcionários das prestadoras de serviço: o nome, CPF, telefone, cargo, formação acadêmica.

Para o desempenho de suas funções legais e regulatórias a ARESC coleta as seguintes categorias de Dados Pessoais:

- **Dados de identificação pessoal:** São dados que permitem que a ARESC identifique de forma mais direta o Titular de dados, como: nome civil ou social; endereço residencial; número de telefone fixo residencial; número celular pessoal; e-mail pessoal, etc;
- **Informações identificadoras perante o cadastro de órgãos públicos:** São dados atribuídos por instituições governamentais, tais como: número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF; número do Registro Geral – RG; número de Identificação Social – NIS; número de inscrição no Programa de Integração Social – PIS; número de inscrição no Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – Pasep; número do Título de Eleitor, etc; e
- **Dados de identificação eletrônica:** São dados geralmente coletados automaticamente, como: data e hora do acesso; número do IP; navegador; origem do IP; quantidades de cliques e páginas acessadas, dentre outros.

Eventualmente outros dados pessoais, diversos dos citados, poderão ser tratados pela ARESC, a depender da necessidade e respeitando os requisitos da LGPD.



8. A ARES SC REALIZA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS COM QUAL FINALIDADE?

A Agência, sempre respeitando as hipóteses legais, pode utilizar os dados pessoais para:

- a. preservar o interesse público, harmonizando os objetivos dos usuários, das empresas concessionárias, permissionárias, autorizadas e das entidades delegadas;
- b. implementar as políticas públicas estabelecidas para as atividades reguladas e fiscalizadas;
- c. garantir a prestação adequada dos serviços;
- d. executar as regras criadas pela Agência para fiscalizar e regular os setores de atuação; e
- e. arbitrar os conflitos de interesses.

9. COMO A ARES SC REALIZA AS ATIVIDADES DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS?

A ARES SC realiza as atividades de tratamento diretamente ou utilizando terceiros regulados pela Agência, conforme o serviço prestado à sociedade e ao usuário.

A ARES SC pode realizar o tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais com outros órgãos ou entidades públicas, no cumprimento de suas competências legais. Para atendimento a determinação judicial ou requisição do Ministério Público, por exemplo.

10. COM QUEM A ARES SC COMPARTILHA OS DADOS PESSOAIS?

O compartilhamento de dados pessoais com terceiros é realizado para que a ARES SC cumpra com as obrigações legais e regulatórias que cabem à Agência. Assim, a ARES SC pode compartilhar seus Dados Pessoais com:

- Prestadores de Serviço: para execução de serviço prestados à ARES SC que auxiliam as atividades realizadas pela Agência;
- Entidades privadas: para execução descentralizada de atividade pública, quando houver previsão legal ou respaldada em contratos, convênios ou instrumentos congêneres; e
- Entidades e órgãos públicos: para atendimento de demandas de órgãos de controle, para subsidiar e responder a processos na esfera jurídica, para realização de trabalho em conjunto com entidades parceiras, para utilização em processos de trabalho compartilhados com outros órgãos ou ainda, por força de lei que preveja o compartilhamento.

11. COMO A ARES SC PROTEGE OS DADOS PESSOAIS?

Os dados pessoais coletados pela ARES SC são protegidos visando garantir a segurança e a confiabilidade dos serviços e manter os dados pessoais confidenciais e seguros. Nesse sentido, em consonância com

Política de Segurança da Informação (POSIN) implementada, a ARESC tem como prática as seguintes ações:

- Limitar o acesso à sua rede de computadores, bem como a seus sistemas e bases de dados, através de várias camadas de controle de acessos;
- Realizar o controle das permissões de acesso de forma individualizada, pessoa a pessoa;
- Revisar periodicamente as permissões de acesso concedidas;
- Realizar periodicamente inspeções de vulnerabilidade de seus ativos de informação e ativos da Tecnologia da Informação; e
- Utilização obrigatória do Termo de Confidencialidade em contratos que tragam risco à Segurança da Informação e à Privacidade dos Dados Pessoais e junto aos seus colaboradores.

12. ESTE AVISO DE PRIVACIDADE ESTÁ ATUALIZADO?

Sim. Este Aviso de Privacidade é a última versão, considerando a data de atualização indicada no início desta página.

Este aviso de privacidade será atualizado sempre que novas informações sobre as atividades de tratamento estiverem disponíveis. Mantenha-se informado visitando esta página periodicamente.

13. UTILIZAÇÃO DE COOKIES?

O site da ARESC utiliza cookies, os quais são pequenos pacotes de dados que são enviados para o navegador e ficam armazenados em seu dispositivo. São utilizados, ainda, para fornecer dados sobre o endereço IP, tipo de navegador, sistema operacional, páginas visitadas, duração da visita, entre outras. Ao visitar o site da agência, é recomendável que o usuário avalie as opções disponíveis quanto ao uso dos cookies e se concorda em “Aceitar todos”, “Rejeitar todos” ou “Personalizar”.

14. EXERCÍCIO DO DIREITO DO TITULAR DE DADOS

É direito do titular o acesso facilitado às informações sobre o tratamento de seus dados, que deverão ser disponibilizadas de forma clara, adequada e ostensiva acerca de, entre outras características previstas em regulamentação para o atendimento do princípio do livre acesso. O titular dos dados pessoais tem direito a obter do controlador, em relação aos dados do titular por ele tratados, a qualquer momento e mediante requisição:

- Confirmação da existência de tratamento;
- Acesso aos dados;
- Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
- Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto nesta Lei;



- Portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa e observados os segredos comercial e industrial, de acordo com a regulamentação do órgão controlador;
- Portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial;
- Eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nas hipóteses previstas no art. 16 desta Lei;
- Informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados;
- Informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa; e
- Revogação do consentimento, nos termos do § 5º do art. 8º desta Lei.

15. CONTATO

Em caso de dúvida sobre deste Aviso de Privacidade ou sobre qualquer outro assunto relacionado à proteção de dados pessoais no âmbito da Agência de Regulação de serviços Públicos de Santa Catarina, por favor entrar em contato por meio do seguinte endereço de correio eletrônico: <encarregadodedados@aresc.sc.gov.br>.